

# APMP HISTÓRICA

## O valor do Promotor de Justiça



Boletim Informativo da Associação Paulista do Ministério Público  
Gestão 2017/2018 - EDIÇÃO EXTRA - Nº 2 - Maio de 2018

## Berço de líderes e de figuras protagonistas

Fotos: Divulgação/Alesp



**PIONEIRA** – Falecida em dezembro de 2017, aos 105 anos, Zuleika Sucupira Kenworthy foi a primeira mulher promotora de Justiça de São Paulo, do Brasil e da América Latina. E foi, também, a primeira mulher a se associar à APMP. Formada em Direito no Largo São Francisco, na turma de 1942, tomou posse dois anos depois no Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP). Atuou durante 32 anos até se aposentar, em 1976, como procuradora de Justiça. Teve carreira exemplar na Instituição, com atuação marcante principalmente junto à Curadoria de Menores. Como homenagem, a diretoria da APMP batizará com o nome de Zuleika Sucupira Kenworthy sua nova Sede Administrativa, recém-inaugurada no Centro de São Paulo.

**E**m seus 80 anos de história e luta, a APMP foi berço de inúmeros líderes e de figuras protagonistas no cenário institucional e político. Luiz Antônio Fleury Filho, ex-presidente da entidade de classe, foi eleito governador do Estado de São Paulo. Quatro outros presidentes da APMP alcançaram o posto de procurador-geral de Justiça: José Augusto César Salgado, Mário de Moura Tobias e Albuquerque, Cláudio Ferraz de Alvarenga e Antonio Araldo Ferraz Dal Pozzo. Dos 34 procuradores-gerais que o Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) teve, de 1934 para cá, 20 pertenceram à diretoria da Associação. O primeiro corregedor-geral da Instituição, João Batista de Arruda Sampaio, foi o segundo presidente da APMP. E outros ex-diretores da entidade de classe paulista, como destacamos nesta edição, chegaram ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao Supremo Tribunal Federal (STF), ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP).

Ex-presidente da Associação foi o primeiro corregedor-geral do MPSP  
Página 8

Dois ministros, um do STJ e um do STF, já foram diretores da APMP  
Páginas 9 e 11

Primeiro presidente é o autor do 'Decálogo do Promotor de Justiça'  
Páginas 12

APMP – GESTÃO 2017/2018

PRESIDENTE

José Oswaldo Molineiro

1º VICE-PRESIDENTE

Francisco Antonio Gnipper Cirillo

2º VICE-PRESIDENTE

Gabriel Bittencourt Perez

1º SECRETÁRIO

Paulo Penteado Teixeira Junior

2º SECRETÁRIO

Tiago de Toledo Rodrigues

1º TESOUREIRO

Renato Kim Barbosa

2º TESOUREIRA

Fabíola Moran Faloppa

DIRETORA DE APOSENTADOS

Cyrdemia da Gama Botto

DIRETOR DE PATRIMÔNIO

André Pascoal da Silva

DIRETORA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Paula Castanheira Lamenza

DIRETOR DE PRERROGATIVAS

Salmo Mohmari dos Santos Junior

CONSELHO FISCAL

Antonio Bandeira Neto

Enilson David Komono

Pedro Eduardo de Camargo Elias

(titulares)

Daniel Leme de Arruda

Fabiana Dal'Mas Rocha Paes

Paulo Juricic

(suplentes)

## LÍDERES E PERSONALIDADES QUE ORGULHAM OS ASSOCIADOS

O “Decálogo do Promotor de Justiça”, declaração de conduta e de princípios para a carreira no Ministério Público, que fazemos questão de reproduzir na íntegra nesta edição [na página 12], tem como autor José Augusto César Salgado, um dos fundadores e primeiro presidente da APMP. Figura das mais célebres da Instituição em todos os tempos, César Salgado está entre os grandes líderes e personalidades institucionais e políticas que integraram nossa Associação em seus 80 anos de história e luta, que muito orgulham todos os seus associados.

O “Promotor das Américas”, como será eternamente conhecido, foi também um dos quatro presidentes da APMP que se tornaram procuradores-gerais de Justiça em São Paulo, a exemplo de Mário de Moura Tobias e Albuquerque, Cláudio Ferraz de Alvarenga e Antonio Araldo Ferraz Dal Pozzo – mais uma prova da relevância e do protagonismo de nossa entidade de classe. De 1934 para cá, 20 dos 34 PGJs do Estado integraram a diretoria da Associação.

João Batista de Arruda Sampaio, o segundo presidente da APMP, foi o primeiro corregedor-geral do Ministério Público de São Paulo (MPSP). Assim como ele, dois outros presidentes da Associação chefiaram a Corregedoria, o já citado Mário de Moura e Albuquerque e Hermínio Alberto Marques Porto. No total, 16 dos 29 corregedores que tivemos a partir da década de 1950 fizeram parte de nossa diretoria. Atualmente, temos na Assessoria Espe-

cial da Presidência da APMP três ex-corregedores: Arthur Cogan, Herberito Magalhães da Silveira Júnior e José Ricardo Peirão Rodrigues.



Pioneira, a APMP é o berço de líderes e de figuras protagonistas no país. Zuleika Sucupira Kenworthy, primeira promotora de Justiça de São Paulo, do Brasil e da América Latina, foi a primeira mulher associada à nossa entidade de classe. Luiz Antônio Fleury Filho, ex-presidente da APMP, foi eleito governador do Estado de São Paulo. Dois ex-diretores de nossa entidade de classe, Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin e Alexandre de Moraes, são ministros, respectivamente, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF). Alexandre de Moraes integrou ainda o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), bem como um ex-presidente da APMP, Felipe Locke Cavalcanti, e um de nossos ex-diretores, Arnaldo Hossepian Salles Lima Júnior. E três ex-dirigentes da APMP, Cláudio Ferraz de Alvarenga, Fulvio Julião Biazzi e Renato Martins Costa alcançaram a presidência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP).

Todas essas ilustres figuras que integraram e integram o MPSP e a APMP comprovam e enaltecem o valor do promotor de Justiça!

Parabéns a todos.

**JOSÉ OSWALDO MOLINEIRO**  
Presidente da Associação  
Paulista do Ministério Público



À esquerda: Luiz Antônio Fleury Filho e o atual presidente da APMP, José Oswaldo Molineiro, durante o Seminário Jurídico de 2016; à direita, no Seminário Jurídico de 1984, Paulo Salvador Frontini (PGJ naquela época), Paulo Hideo Shimizu e Luiz Antônio Fleury Filho (que então presidia a Associação)

## Luiz Antônio Fleury Filho: de presidente da APMP a governador de São Paulo

Procurador de Justiça aposentado também presidiu a Conamp e foi secretário estadual e deputado federal

Desde a sua fundação, a APMP sempre teve relevância institucional, em São Paulo e em todo o país – participando, por exemplo, da articulação para configurar o Ministério Público na Constituição Federal de 1946, da criação da Associação Interamericana do MP, em 1954, e da fundação da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), em 1971. Mas o protagonismo da entidade de classe paulista se consolidou quando um de seus ex-presidentes, Luiz Antônio Fleury Filho (hoje procurador de Justiça aposentado) foi eleito governador do Estado de São Paulo, em 1990.

Sua carreira política teve início exatamente na APMP: em 1980, o então promotor de Justiça foi eleito 1º vice-presidente da entidade [para o biênio 1981-1982], na gestão do presidente Cláudio Ferraz de Alvarenga – que seria procurador-geral de Justiça entre 1987 e 1990 [leia nas páginas 4 e 5 desta edição]. “Foi exatamente

a política classista que nós desenvolvemos durante um grande período de tempo, principalmente na presidência da APMP, que me levou por outros caminhos”, afirma Fleury Filho.

Prova disso é que, ainda no período de 1981 a 1983, Fleury Filho chegou à 1º vice-presidência da Conamp, quando a entidade nacional era presidida por José Pereira da Costa. Logo na sequência, foi eleito presidente da APMP [no biênio 1983-1984]. Ao ser reeleito para a presidência da entidade paulista [1985-1986], foi escolhido também para ocupar, no mesmo período, a presidência da Conamp. Na época, teve papel relevante nos debates para elaboração do texto que serviria de base para a nova formatação do Ministério Público com a Constituição Federal de 1988 [o assunto será abordado na 4ª edição de “APMP Histórica – O valor do Promotor de Justiça”].

Fleury Filho foi reeleito para a presidência da Conamp [biênio 1986-1987] e, então, foi nomeado secretário da Segu-

rança Pública do Estado de São Paulo. Na época não havia reeleição para cargos executivos e, em 1990, o ex-presidente da APMP foi escolhido pelo então governador Orestes Quéricia para ser o candidato a sucedê-lo. Venceu as eleições, governando o Estado até 1994. Posteriormente, foi eleito deputado federal para dois mandatos consecutivos, entre 1999 e 2007. “Eu sempre digo que 'estive' governador, 'estive' deputado, mas eu sou promotor de Justiça. Essa é a minha vocação”, observa Fleury Filho, que, em 2015 e em 2016, presidiu, como palestrante, duas edições do Seminário Jurídico de Grupos de Estudos, realizadas pela APMP no Guarujá (SP).

Nascido em São José do Rio Preto (SP) em 1949, Fleury Filho foi aluno da Academia de Polícia Militar de São Paulo. Formou-se em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), em 1972, e ingressou no Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) no ano seguinte.

# Quatro presidentes da APMP chegaram ao posto de procurador-geral de Justiça

José Augusto César Salgado, Mário de Moura Tobias e Albuquerque, Cláudio Ferraz de Alvarenga e Antonio Araldo Ferraz Dal Pozzo chefiaram a Instituição em São Paulo

Entre as figuras de relevância dos 80 anos de história e luta da APMP estão quatro de seus presidentes que chegaram ao posto de procurador-geral de Justiça (PGJ) de São Paulo. Entre eles, um dos fundadores e primeiro presidente da entidade de classe, José Augusto César Salgado, que alcançou o posto máximo da Instituição por três vezes, de novembro de 1945 a março de 1947, de setembro de 1947 a setembro de 1948 e de fevereiro de 1951 a novembro de 1955. Como presidiu a Associação de 1939 a 1948, exerceu essa função simultaneamente à de PGJ em determinados períodos entre 1945 e 1948.

César Salgado (1894-1979), “O Promotor das Américas”, é um dos membros mais importantes da história do Ministério Público, do qual é o primeiro decano e autor do célebre “Decálogo do Promotor de Justiça” [reproduzido na página 12 desta edição]. Um mês antes de participar da fundação da APMP e de assumir como seu primeiro presidente, foi diretor da 1ª edição da Revista *Justitia*, em outubro de 1939. Possui várias obras publicadas e batiza com seu nome a biblioteca do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), no edifício-sede, o Grupo de Estudos do Vale do Paraíba, uma rua na capital paulista, no Jardim São João (São Rafael) e uma Escola Municipal de Ensino Fundamental (Emef)

no Jardim Santa Etelvina, ambas na Zona Leste. Há dois bustos em sua homenagem, no Palácio da Justiça e no Largo do Arouche.

Outra figura ilustre da Instituição foi Mário de Moura Tobias e Albuquerque (1904-1967), PGJ por duas vezes, nos períodos de março de 1956 a abril de 1957 e de agosto a novembro de 1964. Sua ascensão ao posto máximo do MPSP ocorreu logo após ocupar a presidência da APMP, de 1953 a 1956 [havia exercido também o cargo de 2º vice-presidente entre 1951-1952]. Formado em Direito pela Faculdade do Largo São Francisco, em 1927, ingressou no Ministério Público logo em seguida. Na Revolução Constitucionalista de 1932, ingressou como soldado no Batalhão Voluntário de Itapetininga, combatendo em três frentes – o que lhe rendeu o apelido de “Churchill do Ministério Público”.

Assim como César Salgado, foi um dos fundadores tanto da APMP como da Revista *Justitia*. Além de PGJ, Mário de Moura e Albuquerque foi um dos três presidentes da entidade de classe que se tornaram corregedores-gerais de Justiça [ver

página 8 desta edição]. Seu falecimento ocorreu em 4 de abril de 1967, aos 62 anos. Assim como César Salgado, Mário de Moura e Albuquerque também batiza um dos Grupos de Estudos do MPSP, o de Bauru (primeiro de todos), uma rua na capital paulista, no Jardim Monte Kemel (Zona Oeste), e uma Emef no Jardim São Paulo (Zona Sul).

Já nas décadas de 1980 e de 1990, o protagonismo da APMP se



Em registro histórico de 1954, aparecem dois dos presidentes da APMP que exerceram o cargo de PGJ: Mário de Moura e Albuquerque (à esquerda) e José Augusto César Salgado (à direita); entre eles, no centro, aparece Edgard Baptista Pereira, que era, na época, o secretário de Justiça do Estado



Cláudio Ferraz de Alvarenga foi, também, secretário de Governo do Estado e presidente do Tribunal de Contas (TCE-SP)



Antonio Araldo Ferraz Dal Pozzo foi secretário do Estado e um dos presidentes da APMP que comandaram a Conamp

consolidaria quando um de seus presidentes, Luiz Antônio Fleury Filho, foi eleito governador de São Paulo [ver texto na página 3] e outros dois chegaram ao cargo de PGJ. Um deles foi Cláudio Ferraz de Alvarenga, presidente da APMP no biênio 1981-1982 [e 2º secretário entre 1973 e 1974], que foi o chefe máximo da Instituição por duas vezes, entre março de 1987 e março de 1989 e daí até janeiro de 1990.

Seu período como PGJ coincidiu com a promulgação da Constituição de 1988, responsável pelo perfil atual do Ministério Público [o tema será abordado na 4ª edição de “APMP Histórica – O valor do Promotor de Justiça”]. Posteriormente, foi secretário de Governo do Estado, entre 1990 e 1993, e membro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-SP), entre 1993 e 2012, quando se aposentou. É conselheiro emérito do Tribunal de Contas, que presidiu por três vezes [em 2001, 2005 e 2011]. Outros dois ex-dirigentes da APMP também chegaram à presidência do TCE-SP, Fulvio Julião Biazzini e Renato Martins Costa [leia na página 10 desta edição].

Nascido em 1942, Cláudio Ferraz de Alvarenga formou-se na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 1965 e ingressou no MPSP no ano seguinte. Foi professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e do Complexo Jurídico Professor Damásio de Jesus. Hoje procurador de Justiça aposentado, atua como advogado.

O quarto presidente da APMP que chegou ao posto de PGJ foi Antonio Araldo Ferraz Dal Pozzo, que também comandou o MPSP por duas vezes consecutivas, de janeiro de 1990 a janeiro de 1992 e daí até dezembro de 1993. Na entidade de classe, foi diretor de Patrimônio [1981-1982] e presidente por dois biênios seguidos [1987-1988 e 1989-1990] – ou seja, comandava a entidade de classe no período da nova formatação do Ministério Público com a Constituição de 1988 – e teve papel de destaque nesse processo, como detalha o livro “Ministério Público – Vinte e cinco anos do novo perfil constitucional” (Malheiros Editores, 2013), obra que coordenou com outros dois protagonistas na empreitada da Constituinte, os procuradores de Justiça Walter Paulo Sabella [presidente da APMP entre 1993 e 1994] e José Emmanuel Burle Filho [1º secretário da entidade de classe no biênio 1985-1986 e PGJ no período de 1994 a 1996].

Procurador de Justiça aposentado, Antonio Araldo Ferraz Dal Pozzo foi, também, presidente da Associação Nacional do Ministério Público (Conamp), de 1987 a 1990. No Poder Executivo, foi secretário da Administração e Modernização do Serviço Público do Estado. Nascido em 1945, formou-se na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 1967, ingressando no MPSP dois anos depois. Foi professor nas universidades Mackenzie e de Mogi das Cruzes e, hoje, atua como advogado.

# Em oito décadas, 20 dos 34 procuradores-gerais foram diretores da Associação

De 1938 para cá, além dos quatro PGJs que também exerceram a presidência da entidade de classe, outros 16 ocuparam cargos diretivos em diversos setores e departamentos

A importância institucional da APMP refletiu-se em um número significativo: em oito décadas, 20 dos 34 procuradores-gerais de Justiça (PGJs) do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) integraram diretorias da entidade de classe, ou seja, quase 60% dos chefes máximos da Instituição (58,82%, para ser mais preciso) também atuaram como dirigentes associativos. Quatro PGJs [ver texto das páginas 6 e 7 desta edição] também ocuparam a presidência da APMP: José Augusto César Salgado ["O Promotor das Américas", primeiro presidente da Associação, cargo que ocupou por três mandatos consecutivos, entre 1939 e 1948], Mário de Moura e Albuquerque [presidente no período de 1953 a 1956], Cláudio Ferraz de Alvarenga [biênio 1981-1982] e Antonio Araldo Ferraz Dal Pozzo [presidente por dois biênios, entre 1987 e 1990].

O protagonismo vem desde a origem: na época em que a APMP foi fundada, o PGJ era Vicente de Paulo Vicente de Azevedo, que chefiou o MPSP de agosto de 1934 a dezembro de 1938. Logo em seguida, entre 1943 e 1948, foi 2º vice-presidente da Associação. Márcio Martins Ferreira, que foi procurador-geral de dezembro 1955 a fevereiro de 1956, havia sido 2º secretário da APMP por dois mandatos [1949-1950 e 1951-1952] e em

seguida 1º secretário [1953-1956]. Outro PGJ, Joaquim Ferreira de Oliveira, que chefiou a Instituição entre abril e dezembro de 1957, compôs o Conselho Consultivo da entidade de classe entre 1943 e 1948.

Luiz de Mello Kujawski, procurador-geral de agosto de 1960 a janeiro de 1963, também integrou o Conselho Consultivo da APMP em dois biênios [1941-1942 e 1943-1948]. O PGJ Onésimo Silveira, que ocupou este cargo entre dezembro de 1965 e março de 1967, foi 1º secretário da Associação no período de 1963-1964. Ele foi sucedido na Procuradoria-Geral, em junho de 1967, por Ruy Junqueira de Freitas Camargo, que seria o chefe do MPSP até abril de 1968 [voltando posteriormente ao cargo entre novembro de 1977 e janeiro de 1978]. Na APMP, Freitas Camargo foi membro do Conselho Consultivo de 1953 a 1956.

**FUNDADOR DA CONAMP** - Por sua vez, Oscar Xavier de

Freitas, PGJ de março de 1971 a abril de 1975, foi tesoureiro duas vezes da entidade de classe, nos biênios 1957-1958 e 1959-1960. Ele foi, ainda,

em sua presidência, outros três ex-presidentes da APMP [Luiz Antônio Fleury Filho, Antonio Araldo Ferraz Dal Pozzo e José Carlos Cosenzo]. O procurador-geral seguinte, Gilberto Quintanilha Ribeiro - chefe do MPSP de abril de 1975 a outubro de 1977 -, integrou o Conselho Consultivo da APMP entre 1953 e 1956 e foi 2º vice-presidente duas vezes, de 1957 a 1960. O PGJ do período de janeiro de 1978 a março de 1979, João Baptista de Santana, foi 1º tesoureiro da Associação no biênio 1965-1966.

Seu sucessor no cargo máximo da Instituição no Estado de São Paulo, João Severino de Oliveira Peres [procurador-geral de abril de 1979 a março de 1983], havia sido 2º secretário da APMP entre 1963 e 1964. Por sua vez, Paulo Salvador

Frontini, procurador-geral de Justiça por duas vezes consecutivas, entre março de 1983 e março de 1987, foi 1º vice-presidente da entidade de classe

no biênio 1971-1972 e conselheiro fiscal dez anos depois, entre 1981 e 1982. O 1º secretário da APMP no biênio 1985-1986, José Emmanuel Burle Filho, seria PGJ de fevereiro de 1994 a julho de 1996.

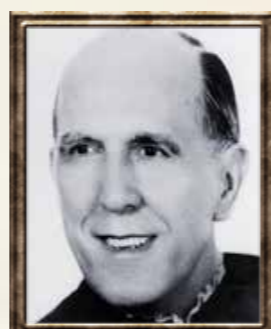
Outro PGJ, José Geraldo Brito Filomeno [que chefiou o MPSP de março de 2000 a março de 2002], é assessor especial da Presidência da Associação desde 2015. Por sua vez, Fernando Grella Vieira, PGJ por duas vezes consecutivas, de março de 2008 a março de 2012, já havia sido, na APMP, 2º secretário [1991-1992], diretor adjunto de Legislação [1996-1998], duas vezes diretor de Assuntos Legislativos [2000-2002 e 2002-2004] e 1º vice-presidente [2006-2008]. Seu sucessor, Márcio Fernando Elias Rosa [procurador-geral de Justiça por dois mandatos consecutivos, de abril de 2012 a abril de 2016], foi diretor do Departamento de Apoio Funcional [1998-2000], diretor de Publicações [1993-1994] e três vezes diretor de Legislação [2000-2002, 2002-2004 e 2004-2006].

E o atual procurador-geral de Justiça, Gianpaolo Poggio Smanio [que ocupa o cargo desde abril de 2016 e que foi eleito e nomeado recentemente para novo mandato de dois anos, até 2020], foi 1º tesoureiro da entidade de classe - no período de 1993 a 1994 - e também 1º vice-presidente entre 1995 e 1996.

Fotos: Reprodução/Site do MPSP



Vicente de Paulo de Azevedo



Márcio Martins Ferreira



Onésimo Silveira



Ruy J. de Freitas Camargo



João Batista de Santana



João Severino Oliveira Peres



José Geraldo Brito Filomeno



Fernando Grella Vieira



Joaquim Ferreira de Oliveira



Luiz de Mello Kujawski



Oscar Xavier de Freitas



Gilberto Quintanilha Ribeiro



Paulo Salvador Frontini



João Emmanuel Burle Filho



Márcio Fernando Elias Rosa



Gianpaolo Poggio Smanio

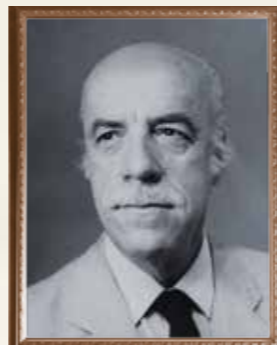
# João Batista de Arruda Sampaio, ex-presidente da APMP, foi 1º corregedor

Dos 29 corregedores-gerais que o MPSP teve até hoje, 16 pertenceram à diretoria da entidade de classe

Mais uma prova do protagonismo da APMP: o primeiro corregedor-geral do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), João Batista de Arruda Sampaio, que ocupou o cargo entre janeiro e novembro de 1955, havia sido presidente da entidade de classe pouco antes, nos biênios 1949-1950 e 1951-1952. Pioneiro na atuação associativa, foi também 2º secretário na APMP [duas vezes, nas gestões 1941-1942 e 1943-1948], período no qual teve destaque na articulação pró-Ministério Público na Constituição de 1946 [o tema será abordado na 4ª edição de “APMP HISTÓRICA – O valor do Promotor de Justiça”].

Ao todo, 16 dos 29 corregedores-gerais que a Instituição teve até hoje pertenceram à diretoria da Associação. Outros dois de seus presidentes também chefiaram a Corregedoria: Mário de Moura Tobias e Albuquerque, corregedor entre 1955 e 1956 e entre 1957 e 1963, foi 2º vice-presidente [1951-1952] e presidente da APMP [1953-1956]; e Hermínio Alberto Marques Porto, corregedor de 1976 a 1978 e de 1980 a 1982, foi presidente da Associação no biênio 1965-1966.

Três dos atuais assessores especiais da Presidência da Associação foram corregedores: Arthur Cogan [corregedor de 1978 a 1980], Herberto Magalhães da Silveira Júnior [entre 1995 e 1996] e José Ricardo



A partir da esquerda, os três presidentes da APMP que foram corregedores-gerais do MPSP: João Batista de Arruda Sampaio, Mário de Moura Tobias e Hermínio Alberto Marques Porto

Peirão Rodrigues [entre 1997 e 1998]. Herberto Magalhães da Silveira Júnior foi ainda, na entidade de classe, 2º vice-presidente [2008-2010] e diretor cultural [2011-2012].

Luiz de Melo Kujawski, corregedor entre março e agosto de 1956, integrou o Conselho Consultivo da APMP entre 1941 e 1948. Azor Montenegro, que esteve à frente da Corregedoria de janeiro a maio de 1957, foi presidente da entidade de classe no biênio 1961-1962. Francisco Papaterra Limongi Neto, corregedor entre 1970 e 1972, foi 2º secretário da APMP em dois biênios [1957-1958 e 1959-1960], e Wilson Dias Castejón, corregedor de 1974 a 1976, foi membro do Conselho Consultivo da APMP de 1953 a 1956.

Silvio Barros de Almeida, corregedor-geral do MPSP no período de 1983 a 1985, foi conselheiro fiscal da Associação [1971-1972], 2º vice-presidente [1996-2000], membro do Conselho de Aposentados da Capital [2002-2004], diretor do Departamento de Aposentados

[2000-2002 e 2010-2012] e diretor de Aposentados e Pensionistas da Capital [2004-2006].

Optaciano Capistrano da Silva, corregedor de 1987 a 1989, foi 2º secretário da entidade de classe [1981-1982] e 2º tesoureiro [1983-1984]. Paulo Álvaro Chaves Martins Fontes, corregedor de 1999 a 2000, foi diretor de Relações Públicas [1983-1984] e 2º vice-presidente [1985-1986]. Por sua vez, Carlos Henrique Mund, corregedor entre 2003 e 2004, foi diretor de Relações Públicas [1987-1988]. Já Antonio de Pádua Bertone Pereira, corregedor de 2007 a 2010, foi suplente do Conselho Fiscal da APMP [1985-1986], diretor do Departamento Cultural e de Eventos Especiais [1987-1988] e diretor de Relações Públicas [1989-1990].

Por fim, Nelson Gonzaga de Oliveira, corregedor-geral do MPSP de 2011 a 2014, foi diretor de Eventos Especiais [1987-1988], de Esportes [1989-1990] e de Relações Públicas da APMP [1993-1994], além de assessor da Presidência [2004-2006].

Fotos: Reprodução/Site do MPSP

# Herman Benjamin, ministro do STJ, já integrou a diretoria da Associação

Como promotor de Justiça, foi diretor cultural e suplente do Conselho Fiscal da entidade na década de 1980

Escolhido pela Presidência da República em 2006 para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça, após indicação em lista sêxtupla pelo Ministério Público e em lista tríplice pelos ministros do STJ, Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin atuou 24 anos no Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP). E, na APMP, foi diretor cultural e suplente do Conselho Fiscal (no biênio 1985-1986).

“A APMP é referência em termos de associativismo”, ressaltou Herman Benjamin, em depoimento publicado no boletim informativo APMP em Ação nº 1, em 2013. Hugo Nigro Mazzilli, procurador de Justiça aposentado e ex-presidente da Associação [em 1990], em depoimento presente no livro “Memórias dos Aposentados do Ministério Público de São Paulo”, publicado pela APMP em 2014, relembra: “O Luiz Antônio Fleury Filho, que era presidente da APMP, candidatou-se à reeleição e me convidou para ser seu diretor cultural – a mim e ao Herman Benjamin, hoje ministro do STJ. E eu e ele trabalhávamos como diretores culturais. Foi uma época de bastante atividade, palestras, eventos”.

Entre 1983 e 1984, Herman Benjamin foi promotor de Justiça titular em Bananal, Santa Isabel, Ribeirão Pires e Santo André, e na capital paulista entre 1984 e 1994, quando tornou-se procurador de Justiça.



À direita, os colegas de concurso do MPSP José Oswaldo Molineiro, Herman Benjamin, Maria Tereza Tilé Ferreira e Cyrdêmia da Gama Botto; à esquerda, o ministro do STJ como promotor de Justiça, em 1992

Integrou, de 1988 a 1990, a comissão de juristas que redigiu o Código de Defesa do Consumidor, e de 1996 a 1998 foi membro e relator-geral da comissão de juristas no Ministério da Justiça responsável pelo projeto da Lei dos Crimes contra o Meio Ambiente.

De 1996 a 2000 foi coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente e, em 2006, foi designado coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Direitos do Consumidor (Cenacon). Depois, entre 2001 e 2006, foi membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), indicado pela Presidência da República.

Ao prestigiar, já como ministro do STJ, a cerimônia de posse da diretoria da APMP para o biênio 2013-2014, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), no Largo São Francisco, Herman Benjamin reencontrou três colegas que ingressaram junto com ele no MPSP, no mesmo

concurso, em 1982: o procurador de Justiça José Oswaldo Molineiro (atual presidente da entidade de classe) e as procuradoras de Justiça aposentadas Maria Tereza Tilé Ferreira e Cyrdêmia da Gama Botto (diretora do Departamento de Aposentados da Associação).

Herman Benjamin foi, também, ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), entre 2015 e 2017. Nesse período, participou do XLIII Seminário Jurídico dos Grupos de Estudos organizado e realizado pela APMP, em 2015, no Guarujá (SP), quando proferiu a palestra “Atuação do MP nos Tribunais Superiores”. Já em 2017, em Campos do Jordão (SP), no XIII Encontro de Aposentados e Pensionistas do MPSP, organizado pela entidade de classe, foi aprovada nota em sua homenagem pela atuação no TSE.

No mesmo ano, Herman Benjamin foi homenageado em jantar na sede da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), com participação da diretoria da APMP.

Fotos: Acervo/APMP-Reprodução/Internet

# Conselho Nacional de Justiça teve em suas composições ex-dirigentes da APMP

Felipe Locke Cavalcanti e Arnaldo Hossepian marcam presença no CNJ, bem como Alexandre de Moraes

Comprovando seu papel protagonista, a APMP também teve três de seus ex-dirigentes na composição do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília. Além de Alexandre de Moraes, atual ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e ex-1º secretário e ex-diretor do Departamento de Publicações da Associação [leia na próxima página], o procurador de Justiça Felipe Locke Cavalcanti cumpriu dois mandatos no CNJ, de 2007 a 2011, na vaga destinada aos Ministérios Públicos estaduais. Depois, foi eleito por duas vezes para presidir a APMP, entre 2013 e 2016. Atualmente, Felipe Locke é o coordenador do Departamento de Assuntos Institucionais e Parlamentares da entidade de classe paulista.

Em 2017, foi eleito para compor o Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP).

A atual composição do CNJ também possui um ex-diretor da APMP: o procurador de Justiça Arnaldo Hossepian Salles Lima Júnior, que cumpre o segundo mandato no Conselho Nacional. Na entidade de classe paulista, integrou a diretoria no biênio 1993-1994, como diretor adjunto de Jurisprudência Criminal.



Felipe Locke Cavalcanti e Eliana Calmon, ex-corregedora do CNJ



Ministra Cármen Lúcia, presidente do STF, e Arnaldo Hossepian

## Renato Martins Costa e Fulvio Julião Biazz: presidentes do TCE

Além de Cláudio Ferraz de Alvarenga [ver páginas 4 e 5], dois outros ex-dirigentes da APMP também alcançaram a presidência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP): Renato Martins Costa e Fulvio Julião Biazz. Presidente da APMP no biênio 1991-1992, Renato Martins Costa é o atual presidente do Tribunal. Na entidade de classe, foi ainda 2º secretário [1985-1986], 2º vice-presi-

dente [1987-1988] e 1º secretário [1989-1990]. Conselheiro do TCE-SP desde 1994, presidiu o Tribunal em outras três oportunidades - nos anos de 1997, 2004 e 2012.

Fulvio Julião Biazz, ex-diretor de Patrimônio da APMP [de 1985 a 1986], foi conselheiro do TCE-SP entre 1992 e 2011, quan-



Fulvio Julião Biazz (foto à esquerda) e Renato Martins Costa

do se aposentou. Também presidiu o Tribunal em três ocasiões: 1996, 2003 e 2010.

# Associação já teve em sua diretoria Alexandre de Moraes, ministro do STF

Ex-promotor de Justiça ocupou os cargos de 1º secretário e de diretor do Departamento de Publicações

Contemplando 80 anos de história e luta, a APMP se orgulha de ter contado em suas gestões com inúmeras figuras de relevância. E a tradição de protagonismo continua: o mais recente jurista nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, possui em seu histórico duas passagens pela entidade de classe paulista, como diretor do Departamento de Publicações, no biênio 1993-1994, e 1º secretário, no biênio 1995-1996.

Na APMP, quando ainda era promotor de Justiça, teve as primeiras experiências políticas que consolidaria na Prefeitura de São Paulo, como titular das secretarias de Transportes e de Serviços e como presidente da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) e da São Paulo Transportes - Companhia de Transportes Públicos da Capital (SPTrans); no governo do Estado, como titular de duas secretarias, a da Justiça e depois a da Segurança Pública; e como membro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro da Justiça e Cidadania e, por fim, ministro do STF. No CNJ, pertenceu à primeira composição, entre 2005 e 2007. Alexandre de Moraes é um dos ex-dirigentes da APMP que integraram ao Conselho Nacional [leia na página 10].

“O papel das associações, especialmente o da As-



À direita, Alexandre de Moraes proferindo palestra no Seminário Jurídico dos Grupos de Estudos de 2017; à esquerda, quando era o secretário do Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, em 2002

sociação Paulista do Ministério Público, é historicamente importantíssimo. Na Constituinte, a APMP teve um papel de vanguarda junto à Conamp [Associação Nacional dos Membros do Ministério Público] para liderar o processo constituinte em relação ao Ministério Público, para que obtivéssemos grandes conquistas à instituição”, ressaltou Alexandre de Moraes, em entrevista concedida à entidade de classe paulista e publicada na APMP Revista nº 58, de dezembro de 2015. “Tive o prazer de ser diretor de Publicações com o então presidente, hoje procurador de Justiça, Walter Paulo Sabella, e depois fui 1º secretário, eleito pela classe, com o falecido [ex-presidente] Washington Barra. Participei ativamente da Associação e posso garantir, porque constatei no dia a dia, sua importância nos diálogos com o Congresso Nacional, com a

Assembleia Legislativa, com o governo do Estado e com a Presidência da República”, frisou o hoje ministro do STF.

Alexandre de Moraes destacou ainda o papel de vanguarda da APMP entre todas as associações, não só do MP, mas das outras carreiras jurídicas: “Vários participantes da Associação, vários ex-presidentes, chegaram ao cargo de procurador-geral [ver texto das páginas 6 e 7], demonstrando que a classe entende que a APMP é muito mais do que uma associação do ponto de vista social, ela é importantíssima do ponto de vista político-institucional e do ponto de vista jurídico”. Por esse motivo, o ministro do STF procura prestigiar eventos e iniciativas da entidade classe paulista, como, por exemplo, três edições do Seminário Jurídico dos Grupos de Estudos realizadas pela entidade de classe paulista no Guarujá (SP), em 2015 e em 2016, e na Bahia, em 2017.

# Decálogo do Promotor de Justiça é uma ‘síntese de princípios éticos’

César Salgado divulgou texto no 3º Congresso Interamericano, em Havana, em 1957

**E**m 11 de agosto de 1972, durante discurso proferido na sessão de instalação da Academia Paulista de Direito, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, o procurador de Justiça aposentado José Augusto César Salgado, primeiro presidente da APMP, lembrou: “Investido na presidência da Associação Interamericana [do Ministério Público], pela honrosa confiança das delegações presentes no Congresso de São Paulo, ocorreu-me a ideia de levar ao Congresso de Havana [em 1957] uma síntese

de princípios éticos, que se consubstanciou no ‘Decálogo do Promotor de Justiça’. Adotado como ‘Carta de Princípios’ do Ministério Público das Américas, em sessão plenária do Congresso de Cuba, o ‘Decálogo’ veio a figurar como tema oficial do 1º Congresso do Ministério Público da Venezuela, em 1959”. O depoimento está registrado no livro “César Salgado - O Promotor das Américas”, de autoria do procurador de Justiça



Foto: Acervo/APMP

César Salgado, Manoel Franceschini e Arthur Cogan, em 1972

aposentado Arthur Cogan, ex-corregedor-geral do Ministério Público de São Paulo e um dos assessores especiais da Presidência da APMP, publicado em 2016 - que registra a seguinte versão original:

## DECÁLOGO DO PROMOTOR DE JUSTIÇA

1. Ama a Deus acima de tudo e vê no homem, mesmo desfigurado pelo crime, uma criatura à imagem e semelhança do Criador.
2. Sê digno de tua grave missão. Lembra-te de que falas em nome da Lei, da Justiça e da Sociedade.
3. Sê probo. Faze de tua consciência profissional um escudo invulnerável às paixões e aos interesses.
4. Sê sincero. Procura a verdade e confessa-a, em qualquer circunstância.
5. Sê justo. Que teu parecer dê a cada um o que é seu.
6. Sê nobre. Não convertas a desgraça alheia em pedestal para teus êxitos e cartaz para tua vaidade.
7. Sê bravo. Arrosta os perigos com destemor, sempre que tiveres um dever a cumprir, venha o atentado de onde vier.
8. Sê cortês. Nunca te deixes transportar pela paixão. Conserva a dignidade e a compostura, que o decoro de tuas ações exige.
9. Sê leal. Não macules tuas ações com o emprego de meios condenados pela ética dos homens de honra.
10. Sê independente. Não te curves a nenhum poder, nem aceites outra soberania senão a Lei.

J. A. CÉSAR SALGADO  
Presidente da Associação Interamericana  
Havana, Cuba, novembro de 1957